



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO N. 1806/2021

Excelentíssimo Senhor
Vereador Leonardo Rodrigues da Silva Neto
Presidente da Câmara Municipal de
ARAGUARI

Senhor Presidente,

A vereadora que a este subscreve vem, respeitosamente, requerer após ouvido o Plenário na forma regimental, o envio de ofício ao Exmo Prefeito Municipal, Renato Carvalho Fernandes através da secretaria competente, solicitando que o município de Araguari não adote a municipalização das escolas estaduais, conforme sugere o projeto “Mãos Dadas”, apresentado pelo governo de Minas Gerais.

JUSTIFICATIVA:

O projeto “Mãos Dadas” vai, na prática, causar um deficit no financiamento das séries iniciais do ensino fundamental, o que terá impacto na qualidade de ensino, segundo o economista e coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Minas Gerais (Dieese-MG), Diego de Oliveira (matéria em anexo). As principais questões levantadas são a qualidade do ensino e os próprios cargos dos professores, que foram designados pelo estado. Os funcionários efetivos podem ser reconduzidos a cargos que não são os cargos que eles prestaram concurso. E os designados, então, vão se encontrar em um cenário ainda mais preocupante, porque pode ser que eles nem consigam ter os cargos no próximo ano. Há falta de clareza sobre o que vai acontecer com os professores designados que hoje dão aulas para alunos das séries iniciais. O projeto de lei prevê que apenas os professores concursados sejam cedidos às prefeituras. A escola municipalizada que tem professor designado, para onde que ele vai? Ele vai ser demitido? Isso não está claro no projeto. Além disto, o município de Araguari, não teria condições de acolher em sua rede municipal os referidos alunos que já estão estruturados nas escolas estaduais, sobretudo porque as creches e o ensino infantil, que são obrigações do município, já não contam com grandes números de vagas, em virtude da alta demanda ser maior que a quantidade das vagas disponibilizadas atualmente. É nosso dever como representantes do povo, nos empenharmos para que haja uma educação de qualidade no nosso município e que essa qualidade seja alcançada com medidas de incentivo aos profissionais, que dedicam sua vida à educação, visando encorajá-los a prosseguirem na árdua tarefa de ministrar o conhecimento e que qualquer atitude que venha contra isso, deve ser rejeitada.

Nestes termos pede e espera deferimento.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, sala das sessões, em 25 de maio de 2021.

Débora de Sousa Dau
Vereadora - PSC

APROVADO ___16___ votos
REPROVADO ___-___ votos
DEFERIDO (-)
Sala das sessões, em 25/05/2021



Economista aponta possível déficit no financiamento educacional

O economista e coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Minas Gerais (Dieese-MG), Diego de Oliveira, defendeu na audiência pública que o projeto Mãos Dadas vai, na prática, causar um déficit no financiamento das séries iniciais do ensino fundamental, o que terá impacto na qualidade de ensino.

Deixando de lado os R\$ 592 milhões que serão repassados a título de investimento, a Secretaria de Estado de Educação argumenta que o aumento das matrículas na rede municipal será custeado pela verba de programas como o Fundeb, salário-educação e programas federais de alimentação escolar.

Esses recursos são pagos por aluno matriculado. Com a municipalização, a parte relativa às matrículas dos anos iniciais do Ensino Fundamental que hoje vai para os cofres estaduais irá para as prefeituras.

Lucre Com Seu Consultório



“Você tem uma diferença de R\$ 1,2 bilhão que vai ficar faltando para financiar a despesa com os anos iniciais. E se considerar que a totalidade dos R\$ 592 milhões do Estado em investimento serão repassados, esse déficit é reduzido para R\$ 700 milhões”, explicou.

“Ainda assim é um valor muito alto. Foi citado que fazer a municipalização vai melhorar o IDEB, e que tem exemplos como o do Ceará. Mas como nós vamos melhorar a educação se o município não tiver condições de fazer o investimento que ele faz atualmente? Se ele for obrigado a reduzir o seu investimento para não ter déficit de financiamento da educação? Como vamos conseguir resultado dessa forma?”, questionou Diego de Oliveira.

O economista também questiona como os R\$ 592 milhões serão distribuídos entre as prefeituras que aderirem ao Mãos Dadas. No projeto de lei, não está previsto nenhum critério para a divisão dessa verba.

Diego de Oliveira também aponta para a falta de clareza sobre o que vai acontecer com os professores designados que hoje dão aulas para alunos das séries iniciais. O projeto de lei prevê que apenas os professores concursados sejam

Lucre Com Seu Consultório



Diego de Oliveira afirma que atualmente 442 prefeituras podem ingressar no projeto. Se elas o fizerem, o economista prevê que as matrículas na rede municipal crescerão 55% mas que esse percentual não será acompanhado pelo aumento de receitas.

Segundo ele, o aumento de receita das prefeituras será de R\$ 1,4 bilhão. Porém, a transferência dos alunos da rede estadual para a rede municipal representaria uma despesa adicional de R\$ 2,6 bilhões para as administrações municipais, o que representa um déficit de R\$ 1,2 bi.

Outro ponto levantado pelo economista é que o gasto médio das prefeituras por aluno nos anos iniciais foi de R\$ 7.600 em 2020, enquanto o Estado gastou, por aluno nas mesmas séries, R\$ 3.500.

Para ele, as prefeituras não vão ter condições financeiras de absorver as matrículas estaduais e terão que gastar menos por aluno para que a conta feche.

“Você tem uma diferença de R\$ 1,2 bilhão que vai ficar faltando para financiar a despesa com os anos iniciais. E se considerar que a

Lucre Com Seu Consultório



Diego de Oliveira também aponta para a falta de clareza sobre o que vai acontecer com os professores designados que hoje dão aulas para alunos das séries iniciais. O projeto de lei prevê que apenas os professores concursados sejam cedidos às prefeituras. “A escola municipalizada que tem professor designado para onde que ele vai? Ele vai ser demitido? Isso não está claro”, criticou.

Em tempos de desinformação e pandemia, o jornal O TEMPO reforça o compromisso com o jornalismo mineiro, profissional e de qualidade. Nossa redação produz diariamente informação responsável e que você pode confiar. Continue nos apoiando. Assine O TEMPO.



Lucre Com Seu Consultório

